



A FIGURA DO *OPTIMUS PRINCEPS* NOS BREVIÁRIO DE HISTÓRIA ROMANA

Ana Teresa Marques Gonçalves

Professora de História Antiga da UFG

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar a construção da figura do *Optimus Princeps* em dois Breviários Romanos: *Compêndio de História Romana* de Flávio Eutrópio e *História dos Césares* de Sexto Aurélio Victor.

Palavras-Chave: Breviários; Roma; Baixo Império, Eutrópio; Aurélio Victor.

Résumé:

Le but de cet article est d'analyser la construction de la figure de l'*Optimus Princeps* dans les deux *Breviaires Romains* : *Breviarium ab Vrbe Condita* de Flavius Eutropius et *Histoire des Césars* de Sextus Aurelius Victor.

Mots-clé: *Breviaires*; Rome; Bas-Empire; Eutropius; Aurelius Victor.

Na obra “História dos Césares”, Aurélio Victor narrou os períodos imperiais transcorridos de Otávio Augusto a Constâncio II, dividindo a narrativa em quarenta e duas partes. Em cada uma delas, narrou-se a vida e a obra de um determinado governante, biografias estas que estão dispostas de forma cronológica. Já no “Compêndio de História Romana”, de Flávio Eutrópio, encontram-se narrados os fatos ocorridos entre a fundação da cidade de Roma, na data provável de 753 a. C., até a morte do imperador Joviano, em 354 d.C. Esta obra encontra-se subdividida em dez livros: nos seis primeiros apresentam-se

fatos que o autor julgou relevantes para os períodos da Realeza e da República, e nos quatro livros posteriores são descritos os acontecimentos que marcaram a fase imperial romana.

Talvez pelo caráter sintético e esquemático das duas obras, elas tenham sido tão pouco exploradas pela historiografia. Apesar disso, acreditamos que se tratam de dois compêndios capazes de nos fornecer dados importantes, relacionados à visão de mundo dos aristocratas pagãos e à forma como estes elementos encararam as diversas situações críticas, que marcaram o cenário imperial romano no IV século de nossa era.

Sobre os autores analisados, devemos enfatizar alguns dados biográficos, para que se possa perceber a sua vinculação ao ideário da elite romana, da corte e da burocracia imperial. Flávio Eutrópio nasceu na Gália e escreveu sua obra no período em que trabalhava na parte oriental do Império, ocupando o cargo de diretor dos redatores públicos na corte do Imperador Valente. Nos anos 371 e 372, foi governador da Ásia. Logo após a ascensão do Imperador Teodósio, em 379 d.C. mais precisamente, Eutrópio foi nomeado Prefeito Pretoriano na Ilíria, cargo público que ocupou até 381 d.C. Chegou a Cônsul em 387 d.C., demonstrando sua proximidade com o governante e com os setores senatoriais, visto que o apoio de ambos era imprescindível para a ascensão de um dos *externi* às mais altas magistraturas.



Já Sexto Aurélio Victor nasceu na África, e se apresentou da seguinte maneira na sua obra:

“Eis o que deve inspirar mais confiança a todas as gentes virtuosas, e sobretudo a mim, que, nascido no campo de um pobre trabalhador sem instrução, soube até aqui, por causa de estudos sérios, procurar uma existência mais honrosa” (Aurélio Victor, XX).

Ele produziu a “História dos Césares” durante o reinado de Constâncio II, provavelmente entre 359 e 360. Através da obra de Amiano Marcelino, intitulada “Histórias”, sabemos que ele se encontrava em Sirmium, quando esta cidade se rendeu ao Imperador Juliano em 361 d.C. :

“Ele (Juliano) mandou a Nice o historiador Aurélio Victor, que havia visto em Sirmium, e o nomeou consular da Segunda Panônia. Além disso, a honra de uma estátua de bronze foi concedida a este homem de uma sobriedade exemplar, que se viu muito mais tarde tornar-se Prefeito de Roma” (Amiano Marcelino, XVII).

Conseguindo a simpatia deste imperador, devido a sua grande cultura e a sua defesa do paganismo, foi por ele nomeado Governador da Baixa Panônia, cargo que ocupou até a morte de Juliano em 363 d.C. Victor chegou ao Consulado em 369 d.C., e em 389 d.C. assumiu a função de *Iudex Sacrorum Cognitionum*, isto é, tornou-se um mandatário que era constituído na hora do litígio pelo autor do crime ou pela vítima, perante o magistrado e na presença do adversário, e que por meio de palavras solenes descrevia o litígio e defendia uma das partes pelo conhecimento que possuía das leis, tendo assumido tal cargo mediante indicação pessoal do Imperador Teodósio (Declareuil, 1924: 360).

Neste mesmo ano, e também por indicação de Teodósio, Victor assumiu o cargo de *Praefectus Urbi*, ou seja, tornou-se Prefeito da Cidade de Roma, honra esta só concedida aos membros mais antigos do Senado e normalmente reservada às antigas famílias aristocráticas de Roma. Portanto, podemos concluir que foi uma grande ascensão para alguém que se diz filho de um *colonus*, além de que o preenchimento da dita honra por um provincial denota a posição extre-

mamente favorável que Victor desempenhava junto aos governantes de sua época. Devemos ressaltar ainda que podemos datar sua passagem pela Prefeitura de Roma devido a existência de uma inscrição encontrada no Fórum de Trajano, que figurava no pedestal de uma estátua do Imperador Teodósio, consagrada durante sua estada em Roma entre junho e agosto de 389 d.C., na qual se encontram listados os cargos ocupados por Victor nesta ocasião:

“Veterum principum elementiam sanctitudinem supergresso d(omino) n(ostro) Fl(avio) Thodosio pio uictori semper Augusto Sex(tus) Aur(elius) Victor V(ir) C(larissimus) Vrbi prae(fectus) iudex sacrarum cognitionum d(euotus) n(umini) m(aiestati) q(ue) e(ius)” (CIL, VI, 1186 e ILS, 29345).

Segundo *The Cambridge History of Classical Literature* (1983: 54), ambas as obras podem ser classificadas como compêndios ou brevíários da História Romana, um gênero literário muito comum entre os anos de 360 e 370 d.C., e que surgiu para suprir o desconhecimento que muitos senadores e burocratas, originários das províncias, demonstravam ter da História de Roma. Também é digno de nota que os próprios Imperadores do período, que freqüentemente viviam nas fronteiras defendendo o *limes* das incursões germânicas, pouco ou nada conheciam dos feitos outrora gloriosos de seus antepassados.

A obra de Eutrópio é denominada Breviário completo, pois abarca fatos ocorridos desde a fundação da cidade de Roma até o momento vivido pelo autor. Todavia, a obra de Victor é classificada como um Breviário incompleto, pois o autor se restringe a narrar fatos ocorridos na fase imperial romana. Note-se que é a utilização de diversos documentos na formulação da obra que diferencia um Breviário ou Compêndio de um *Epitome* ou Resumo, pois este último, como o próprio nome indica, é apenas um breve resumo de uma só obra mais extensa.

Como enfatiza Arnaldo Momigliano (1983: 53), todos os gêneros literários clássicos respondiam a uma situação dada, adequando-se a ela. Enquanto os Resumos eram destinados ao



grande público, atestando a necessidade de se adaptar o conteúdo de grandes obras às necessidades de novas categorias de leitores que não queriam dispensar boa parte de sua jornada diária à leitura, os Compêndios ligavam-se principalmente ao antigo modelo historiográfico produzido para atender aos interesses dos novos senadores e burocratas, que buscavam pela leitura de uma literatura específica conhecerem um pouco mais do passado romano, e dos imperadores incultos e, como tais, vistos pela aristocracia como despreparados para assumirem o comando imperial (Momigliano, 1983: 137). Podemos comprovar esta afirmativa ao verificarmos que Eutrópio dedicou o seu Compêndio ao Imperador Valente:

“De acordo com o desejo de Tua Bondade, reuni sucintamente, numa breve exposição conforme a ordem cronológica, os acontecimentos mais assinalados militares e civis desde a fundação da Cidade até os nossos dias, acrescentando-lhes, outrossim, os feitos que sobressaíram na vida dos maiores, para que a mente divina de Tua Serenidade possa alegrar-se de ter seguido no governo do Império as façanhas dos varões ilustres, antes de os conhecer pela literatura” (Flávio Eutrópio, I.1).

A idealização do *Optimus Princeps* é bastante antiga, e remonta aos primeiros séculos do período imperial. Nem os breviaristas, em suas sucintas obras do IV século, conseguiram fugir desta tradição de se separar os governantes, de forma maniqueísta, em bons e maus, de acordo com sua aproximação ou afastamento dos interesses defendidos pelos grupos senatoriais. O *Optimus Princeps* era, assim, a encarnação dos anseios senatoriais, era o protótipo do governante ideal de acordo com o ideário e a visão de mundo das elites.

Fazendo uma leitura crítica dos Compêndios é possível refazer este *Optimus Princeps*, isto é, pode-se perceber que virtudes eram fundamentais para que um governante se aproximasse do ideal de imperador da aristocracia. Maria Helena da Rocha Pereira destaca que os ideais políticos e morais dos romanos devem ser divididos em dois grupos: as idéias especificamente suas e as herdadas dos gregos (Pereira, 1984: 319).

Entretanto, os autores analisados não fazem qualquer tipo de separação entre eles.

Nos discursos analisados, os bons imperadores são sempre restauradores, ou seja, capazes de restaurar o ideal da *Res Publica* e de protegê-la de todo tipo de perigo externo ou interno, República esta que era vista no IV século não mais como uma forma de governo, que se utilizava de instituições próprias e que se mostrou inadequada para gerir os conflitos sociais e para prolongar a exploração do Império conquistado, mas como um conceito de coisa pública a ser defendido pelo bom príncipe. E inegavelmente o mais valoroso bem público a ser defendido pelo príncipe era o próprio Império.

A partir desta premissa, o ato de governar era encarado como um duro encargo, repleto de angústias e de preocupações, na busca incessante de zelar pelo bem público e pela felicidade dos súditos. Como afirmou Victor, o Imperador devia sacrificar sua vida pela República (Aurélio Victor, XXXIV). Deste modo, a honra imperial se apresentava não como uma fonte de benesses para o soberano, mas como um cargo gerador de problemas, pois mantinha-se viva no quarto século a idéia republicana de que primeiro o homem deveria se preocupar com a condução de sua pátria, depois com as necessidades de sua família e, por fim, com os seus anseios individuais (Cícero, *Da República*, XXI).

A manutenção dos interesses da pátria requeria que o príncipe fosse também um bom general e que conquistasse, mediante a distribuição de benesses materiais, a confiança das legiões e guardas romanas. Segundo Aurélio Victor, após o governo de Septímio Severo, o poder militar recuperou toda a sua ascendência sobre a autoridade do Senado, que ficou privado do direito de eleger os imperadores. Os senadores teriam se abandonado aos charmes do repouso e ao temor de perder suas riquezas, abrindo aos soldados o caminho da dominação (Aurélio Victor, XXXVII). Esta mesma preocupação dos aristocratas com o relativo alijamento do círculo do poder aparece também na obra de Eutrópio. Este, ao relatar o governo de Maximino, afirma que:



“(Maximino) foi o primeiro do corpo dos soldados que subiu ao Império pela única vontade dos soldados, pois nenhuma autoridade do Senado interveio, nem ele era senador” (Flávio Eutrópio, IX.1).

Ainda segundo Eutrópio, antes de tal fato pelo menos o Senado costumava ratificar a escolha dos soldados ao aclamar como Augusto um homem já aclamado César pelos exércitos (Flávio Eutrópio, VIII.23). Assim, apesar de perceberem o afastamento dos grupos senatoriais do processo de escolha dos governantes, os autores identificam o início do processo em governos diversos. Victor achou que ele se iniciou com Septímio Severo, já Eutrópio assinalou que ele começou só no fim da dinastia severiana, com a ascensão de Maximino, mas em ambos a preocupação com o caráter bélico do governante torna-se bastante perceptível. Para ser considerado um bom Imperador, o soberano devia demonstrar boas qualidades militares, como ser viril, corajoso e bom estrategista, demonstrando sua capacidade de bem agir nas horas difíceis. Este anseio é bem adequado para o quarto século, no qual Roma estava enfrentando várias invasões em suas fronteiras.

Indubitavelmente, a guerra era algo que ocupava os homens do IV século. Eutrópio participou ao lado do Imperador Juliano da guerra contra os Partos e testemunhou sua morte nas mãos dos inimigos (Flávio Eutrópio, X.16). Os Francos penetravam nas Gálias e os Godos continuavam avançando sobre o *limes* do Danúbio. Por isso, o mesmo Eutrópio conceituou as guerras civis de execrandas e dignas de lágrimas, visto que reuniam forças romanas que teriam facilmente submetido todo o mundo se tivessem sido lançadas contra os invasores e não contra seus próprios concidadãos (Flávio Eutrópio, VI.21).

Em ambas as narrativas, os autores ressaltam as virtudes que deveriam ser compartilhadas pelos bons imperadores. Entre elas, destacam-se as tradicionais, como a *virtus*, a *clementia*, a *iustitia* e a *pietas*.

A *virtus* era vista como uma qualidade interior a quem a possuía e garantia ao indivíduo a

capacidade de ser viril na guerra, de respeitar o *mos maiorum* e de desempenhar todos os seus deveres frente ao Estado. Era uma disposição da alma para viver de maneira constante e adequada. A *virtus* dava ao homem a capacidade de se sacrificar pela comunidade, que lhe agradeceria conferindo-lhe a imortalidade pelo reconhecimento de sua glória e de sua honra. Inicialmente, a *virtus* romana era expressada principalmente mediante ações bélicas, mas com a influência helenística, essa qualidade passou a ser também medida através do caráter que o homem demonstrava ter em suas ações cotidianas junto à sua família e ao Estado. Acrescenta-se que a *virtus* podia também expressar-se através da capacidade retórica do indivíduo, na sua possibilidade de bem dizer, de nomear de forma clara e justa as coisas que o cercavam.

Na obra de Aurélio Victor, identificamos que foram os cidadãos possuidores de *virtus* que assassinam Calígula, pois este não apresentava esta qualidade em suas ações enquanto soberano, ao usar um diadema real, ao assumir uma postura tirânico, ao usar o título de *dominus*, ao praticar incesto com suas irmãs e ao falhar militarmente na conquista da Germânia (Aurélio Victor, III). Assim, Calígula teria demonstrado a falta de uma virtude capital tanto em assuntos públicos quanto privados.

A *clementia*, por sua vez, como as outras três virtudes cardinais, encontra-se citada no texto da *Res Gestae Divi Augusti* como uma das qualidades que alicerçava a *auctoritas* de Otávio (*Res Gestae Divi Augusti*, 46). Sua prática aproximava os homens das divindades, pois para demonstrar a sua tolerância o soberano poderia poupar os prisioneiros da morte. Garantir a permanência da vida ou decidir tirá-la era uma prerrogativa das divindades. Tanto Eutrópio quanto Victor elogiam os imperadores que souberam perdoar seus inimigos, sem no entanto deixarem de fazer prevalecer sua autoridade sobre eles. Por exemplo, ao narrar o governo de Vespasiano, Victor citou que este Imperador preferia perdoar a fazer perecerem em tortura os sediciosos, pois acreditava que o temor, por ele mesmo, poderia conter melhor as infâmias cortesãs que a aplicação da força bruta (Aurélio Victor, IX).



A *clementia* e a *iustitia* eram virtudes cuja manifestação em ações impediriam a formação de um tirano, pois evitariam que o governante perdesse a noção e a medida de seus atos e saísse dos limites da equidade. A *iustitia* se manifestava nos julgamentos de ordem moral, política ou jurídica que o imperador ia fazendo enquanto detentor do poder supremo. Ela era a faculdade de bem julgar, advinda da sapiência do príncipe, proveniente de sua capacidade de bem interpretar os auspícios, ou seja, os sinais das divindades. Eutrópio, ao fazer o elogio Cláudio II, afirmou que este governante foi apto a governar a República porque era econômico, modesto e severo observador da justiça, tanto que, após a sua morte, o Senado distinguiu-o com grandes honras (Flávio Eutrópio, IX.11).

Quanto à *pietas*, pode-se dizer que ela se demonstrava no sentimento de obrigação para com aqueles a quem o indivíduo estava ligado por natureza, como pais, filhos e parentes em geral. Ela ligava entre si os membros da comunidade familiar sob a égide do *pater* e era projetada no pretérito pelo culto aos ancestrais. Acabou por compreender também as relações dos cidadãos com o Estado, mais precisamente com o Imperador, a partir do momento em que este assumiu a função de Pai da Pátria. O soberano piedoso deveria cumprir seus deveres para com os deuses, a pátria e a família, sabendo bem governar o seu povo. Trajano, por exemplo, foi apresentado por Eutrópio como um homem piedoso, mostrando-se igual com todos em Roma e nas províncias, visitando os amigos e respeitando os senadores (Flávio Eutrópio, VIII.4).

O príncipe modelo deveria ser também generoso, ou seja, apresentar a virtude da *liberalitas*, mostrando-se sempre disposto a auxiliar seus amigos e seus súditos, em troca de seu apoio político. Ao se referir a Otávio Augusto, Eutrópio descreve-o como:

“Muito generoso para com todos, fidelíssimo para com seus amigos, aos quais elevou a tão grandes honras que quase os igualou à sua suprema grandeza” (Flávio Eutrópio, VII.8).

Da mesma forma, ao elogiar Trajano, este mesmo autor afirma:

“O Imperador sobrepujou os outros na glória militar com afabilidade e moderação, mostrando-se igual com todos em Roma e nas províncias; não lesou a senador algum; não praticou nenhuma injustiça para aumentar o fisco; foi generoso para com todos; enriqueceu a todos em público e em particular; e cumulou com honras até os que conhecera com medíocre familiaridade” (Flávio Eutrópio, VIII.4).

A posse de tal virtude garantiria o apoio da aristocracia, visto que além de ganhar benesses, ela estaria menos sujeita ao fisco imperial, cada vez mais ativo no quarto século.

Ao saber respeitar os homens bons e ao reconhecer seu valor social, o príncipe ideal sempre se cercaria de conselheiros adequados. Aurélio Victor, afirma que, por todas as suas ações, Constantino teria merecido honras divinas, se não tivesse elevado a cargos públicos homens pouco dignos de terem tido esse acesso (Aurélio Victor, XLI), referindo-se obviamente aos burocratas cristãos. De igual maneira, Victor critica Cláudio por se cercar de libertos (Aurélio Victor, IV) e Constâncio II pelos seus magistrados serem possuidores de vícios monstruosos (Aurélio Victor, XLI.2). Já Eutrópio, elogia Antonino Pio por ele ter colocado homens muito justos para administrarem o Estado, honrando os bons (Flávio Eutrópio, VIII.8). Cita também um dito atribuído a Trajano e que teria ficado célebre, no qual este Imperador respondia aos amigos que o inculpavam de ser demasiado gentil para com todos: “Ele (Trajano) era para com os privados tal Imperador com ele privado desejara fossem os Imperadores para com ele” (Flávio Eutrópio, VIII.4). Sendo assim, os estratos senatoriais esperavam se aproximar do círculo de poder.

Todo bom príncipe deveria ter condições de produzir leis certas, seguras e eficazes para o seu povo, transformando-se num bom e justo legislador. Suas leis deveriam agradar principalmente aos aristocratas, conseguindo manter seus privilégios e garantindo a estabilidade interna necessária para o desenvolvimento de uma vida econômica e política de acordo com os preceitos das camadas senatoriais. Aurélio Victor, por exemplo, ressalta a importância das leis justas feitas por Septímio Severo, que garantiram a



existência da equidade entre os cidadãos (Aurélius Victor, XX), enquanto Eutrópio subdividia em justas, severas e inúteis as leis produzidas por Constantino (Flávio Eutrópio, X.7), visto que entre estas medidas jurídicas estavam as relacionadas com o cristianismo.

Como a influência helenística atingia Roma desde o III século a.C., encontramos inclusive nos relatos analisados a presença de virtudes estoicas como a coragem, que se mesclou a noção de *virtus*, o bom senso, que se uniu a noção de *iustitia*, a prudência, que se vinculou à *clementia*, a constância, entre outros atributos que foram citados nas sucintas biografias como fazendo parte do caráter de alguns bons imperadores e que foram vistas como imprescindíveis ao bom governante, já que influenciavam o seu espírito na hora em que tomavam decisões concernentes à condução dos assuntos imperiais (Brun, 1986: 78).

Tanto Eutrópio quanto Aurélius Victor buscaram personificar o seu ideal num agente histórico do passado. Eles buscaram fornecer aos seus contemporâneos não um protótipo teórico, à margem da realidade, mas um indivíduo que já existira no passado e que poderia ser retomado no presente, através da aprendizagem por imitação do bom exemplo. Eles juntaram na personagem escolhida todos os atributos descritos acima.

Para Eutrópio, o *Optimus Princeps* foi Trajano, o único imperador a ser sepultado dentro do território sagrado da cidade que possuía todas as virtudes necessárias para bem governar. Tanto que, segundo ele, o Senado aclamava os novos príncipes dizendo: “*Que sejas mais feliz que Augusto e melhor que Trajano*” (Flávio Eutrópio, VIII.5). Já para Victor, foi Septímio Severo, seu conterrâneo africano, quem melhor personificou a idealização do bom Imperador. Segundo Victor, Septímio, como ele, ascendeu a partir de uma origem humilde, interessava-se pelos costumes antigos, dizia-se seguidor e admirador dos Antoninos e amava a eloquência e o estudo das artes liberais (Aurélius Victor, XX). O breviarista buscou justificar algumas decisões de Septímio contrárias aos interesses senatoriais, afirmando que muitos reprovaram um

excesso de severidade na reforma de costumes, mas quando Roma, rendida à inocência de seus ancestrais, foi recoberta de verdadeira santidade da alma, ela proclamou por todos os lugares a clemência do Imperador (Aurélius Victor, XX). Desta forma, não havia, no entender de Victor, outro remédio no contexto vivenciado por Septímio senão a utilização de medidas extremas e de uma excessiva severidade (Aurélius Victor, XX.2). Septímio teria, a partir deste raciocínio, retirado algumas benesses senatoriais para poder lhes garantir outras.

Podemos concluir este artigo comentando que apesar dos dois autores, cujas obras foram aqui analisadas, terem ressaltado as virtudes que para os aristocratas do quarto século deveriam formar o caráter do *Optimus Princeps*, e de todos os governantes que quisessem se aproximar deste ideal, eles deixaram-se levar por uma escolha pessoal ao reconhecer este príncipe ideal em figuras históricas do passado. Para encaixarem os imperadores escolhidos como protótipos dentro da moldura do *Optimus Princeps*, eles omitiram fatos, justificaram ações e construíram versões bastante próprias de um passado distante. Este fato se torna mais perceptível quando observamos que Eutrópio apresentou Septímio Severo como um ser parco e cruel por natureza (Flávio Eutrópio, VIII.18), enquanto Victor enfatizou a intemperança de Trajano e sua paixão desmedida pelos jogos e pelo excesso dos prazeres, sublinhando que:

“(Trajano) atormentado como Nerva pela paixão do vinho, havia atenuado seus efeitos por sua prudência e pela defesa expressa de executar às ordens que ele teria podido dar após uma refeição longa demais” (Aurélius Victor, XIII).

Portanto, ambos os príncipes escolhidos como modelares apresentaram vícios e virtudes. Ao contrapor os dois discursos, as idealizações se tornam ainda mais evidentes. Os autores refletiram, assim, em suas obras um ideário aristocrático, que precisa contar com a virtude dos soberanos para garantir e ganhar benesses, num quarto século no qual o poder se tornava cada vez mais ritualístico e absoluto.



DOCUMENTAÇÃO

AMMIEN MARCELLIN. *Histoire*. Traduit par Guy Sabbah. Paris: FDF, 1960.

CICÉRON. *De la République*. Traduit par Jean Mariat. Paris: Flammarion, 1965.

FLAVIUS EUTROPIUS. *Compêndio de História Romana*. Niterói: Escolas Salesianas, 1931.

RES GESTAE DIVI AUGUSTI. Tradução de G. D. Leoni. São Paulo: Nobel, s.d.

SEXTUS AURELIUS VICTOR. *Histoire des Césars*. Traduit par Pierre Dufraigne. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

BIBLIOGRAFIA

BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. Brasília: Edunb, 1982.

BERANGER, Jean. *Principatus*. Genève: Droz, 1973.

BIRD, H. W. *Sextus Aurelius Victor: A Historiographical Study*. London: Francis Cairns, 1984.

BRUN, Jean. *O Estoicismo*. Lisboa: Edições Setenta, 1986.

DECLAREUIL, J. *Rome et l'Organisation du Droit*. Paris: La Renaissance du Livre, 1924.

DURAND, Gilbert. *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

LE GALL, Joel; LE GLAY, Marcel. *L'Empire Romain*. Paris: PUF, 1987. T.1.

MESLIN, Michel. *L'Homme Romain*. Paris: Complexe, 1988.

MOMIGLIANO, Arnaldo et alli. *El Conflicto entre el Paganismo y el Cristianismo en el Siglo IV*. Madrid: Alianza Universidad, 1989.

_____. *Problèmes d'Historiographie Ancienne et Moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

ORIEUX, Jean. A Arte do Biógrafo. In: DUBY, G. et alli. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1989. P.33-45.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *Estudos de História da Cultura Clássica*. Lisboa: FCG, 1984. V. 2.

PETIT, Paul. *Le Bas-Empire*. Paris: Seuil, 1974.

PIGANIOL, André. *L'Empire Chrétien*. Paris: PUF, 1972.

REMONDON, Roger. *La Crisis del Imperio Romano*. Barcelona: Labor, 1967.

The Cambridge History of Classical Literature. The Later Principate. London: Cambridge University Press, 1983.

VEYNE, Paul. *O Inventário das Diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1990.